

**ANEXO II - A 1**  
**METAS FISCAIS**  
**L.D.O de 2003**  
**Projeção das Metas Fiscais 2003 - 2005**  
**(Art. 4º, § 1º, da LC nº 101 / 2000)**

Em R\$ mil - a preços correntes (\*)

Discriminação	2003	2004	2005
-	Valor	Valor	Valor
-	-	-	-
I RECEITA FISCAL	7.949.610	8.214.998	8.513.426
-	-	-	-
II DESPESA FISCAL	7.460.632	7.329.235	7.467.415
-	-	-	-
III RESULTADO PRIMÁRIO	488.978	885.764	1.046.011
-	-	-	-
IV RESULTADO NOMINAL	-137.895	255.669	436.272
-	-	-	-
-	-	-	-

(\*) A preços médios esperados de cada ano com base na projeção do IGP-DI

Em R\$ mil - a preços médios 2003 (\*\*)

Discriminação	2003	2004	2005
-	Valor	Valor	Valor
-	-	-	-
I RECEITA FISCAL	7.949.610	8.214.998	8.513.426
-	-	-	-
II DESPESA FISCAL	7.460.632	7.329.235	7.467.415
-	-	-	-
III RESULTADO PRIMÁRIO	488.978	885.764	1.046.011
-	-	-	-
IV RESULTADO NOMINAL	-137.895	255.669	436.272
-	-	-	-
-	-	-	-

(\*\*) Preços médios esperados 2003 com base na projeção do IGP-DI

**ANEXO II - A 2**  
**METAS FISCAIS**  
**L.D.O de 2003**  
**ESTOQUE DA DÍVIDA**  
**( Art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000)**

**EVOLUÇÃO PROJETADA DO ESTOQUE DA DÍVIDA - 2002 a 2005**  
**(a preços correntes)**

Em R\$ mil

ANO	SALDO PROJETADO		
	Dívida Interna	Dívida Externa	TOTAL
2001	8.587.417,84	1.422.710,75	10.010.128,59

2002	8.947.700,73	1.770.854,14	10.718.554,87
2003	9.148.720,96	2.128.054,90	11.276.775,86
2004	8.861.867,37	2.262.098,55	11.123.965,92
2005	8.366.360,84	2.289.983,50	10.656.344,34

Fonte: SEFAZ/ SAF/DEPAT/GEPUB

### EVOLUÇÃO PROJETADA DO ESTOQUE DA DÍVIDA - 2002 a 2005 (a preços médios esperados 2003)

Em R\$ mil

ANO	SALDO PROJETADO		
	Dívida Interna	Dívida Externa	TOTAL
2001	9.291.446,50	1.534.097,61	10.825.544,11
2002	9.064.710,50	1.846.166,16	10.910.876,66
2003	8.911.884,12	2.175.945,91	11.087.830,04
2004	8.613.924,14	2.290.540,70	10.904.464,84
2005	8.112.001,22	2.296.471,40	10.408.472,62

Fonte: SEFAZ/ SAF/DEPAT/GEPUB

### ANEXO II - B METAS FISCAIS L.D.O. de 2003

#### Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior (Art. 4º, § 2º, inciso I, da LC nº 101/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu, em seu artigo 4º, § 2º, inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, evolução do patrimônio líquido e avaliação da situação financeira atuarial, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado da Bahia para o exercício de 2001 foram originalmente estabelecidas através da Lei n.º 7.685, de 26 de junho de 2000, que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício (LDO). Ajustes nas estimativas de itens significativos de receitas, como o ICMS e o FPE, em decorrência de variações nas taxas esperadas de crescimento do PIB, em nível estadual e nacional, refletidos nos índices de conjuntura conhecidos à época, favoráveis a um maior crescimento da atividade econômica, ajuste na expectativa de crescimento PIB-Ba. para 5% em 2001, contra um estimativa original de 3,9% e ajustes de previsão decorrentes de efeitos fiscalizadores, com efeito nas receitas diretamente arrecadadas pelo Estado, levaram a que a Lei Orçamentária – Lei n.º 7.755, de 27 de dezembro de 2000, - com fundamento no disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei n.º 7.685/2000 (LDO) incorporasse ajustes nas metas fiscais.

São, assim, os parâmetros fixados na Lei Orçamentária o objeto dos comentários a seguir:

**Resultado Primário** – O Resultado Fiscal Primário, no exercício de 2001, foi de R\$170.920 mil, 13,2 % superior à meta fixada que era de R\$ 150.926 mil, portanto, perfeitamente satisfatório, não somente porque atendeu à meta fiscal, mas, também, porque decorrente de um bom desempenho das Receitas Correntes, que permitiu a cobertura integral das Despesas Correntes e, ainda, a geração de excedentes para o financiamento das Despesas de Capital. As Receitas Correntes alcançaram um total de R\$7.755.075 mil, contra uma Despesa Corrente de R\$6.765.884 mil, resultando num Superávit Corrente de R\$989.191 mil.

**Receitas Total** – A receita total realizada no exercício de 2001, englobando todas as fontes de recursos foi de R\$8.319.985 mil, para uma previsão de R\$8.169.769 mil, correspondente a um percentual de realização de 101,8%. Com desempenho destacado, teve-se as Receitas Correntes, que decorrem principalmente dos impostos arrecadados diretamente pelo Estado, com um realizado de 106,2% comparativamente aos valores orçados.

A arrecadação das Receitas Tributárias em 2001, montaram a R\$4.440.338 mil, com desempenho 10,2% superior ao valor previsto de R\$4.027.632, destacando-se aí a arrecadação do ICMS, principal fonte de receita do Estado, cuja arrecadação atingiu R\$4.187.240 mil, com um adicional de 11% em relação ao previsto para o exercício.

As transferências correntes, segunda maior fonte de receitas do Estado, representadas principalmente pelas transferências constitucionais, em seu conjunto, figurou com um realizado de 4,2% acima do previsto. O item mais relevante, o Fundo de Participação dos Estados – FPE, com uma realização total de R\$ 1.584.817 mil, situou-se 14% acima da previsão orçamentária. Melhor desempenho não foi apresentado pelas transferências correntes devido às receitas oriundas de convênios, submissas às disponibilidades orçamentárias e decisões unilaterais da União. A realização dessas receitas totalizou R\$153.763 mil, equivalente a 78,3% do valor previsto.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA EXERCÍCIO DE 2001

Valores em R\$ 1.000

Receitas	Previsto (1)	Realizado	% realiz.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.303.410</b>	<b>7.755.075</b>	<b>106,2</b>
<b>Receita Tributária</b>	4.027.632	4.440.338	110,2
<b>Receitas de Contribuições</b>	681.912	719.255	105,5
<b>Receita Patrimonial</b>	229.988	140.852	61,2
<b>Receita Agropecuária</b>	54	11	21,2
<b>Receita de Serviço</b>	44.931	39.113	87,1
<b>Transferências Correntes</b>	2.208.945	2.301.368	104,2
<b>Outras Receitas Correntes (2)</b>	109.948	114.138	103,8
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>866.359</b>	<b>564.909</b>	<b>65,2</b>
<b>Operações de Crédito</b>	534.364	443.354	83,0
<b>Alienação de Bens</b>	8.598	2.768	32,2
<b>Transferências de Capital</b>	323.397	118.787	36,7

Fonte: SIPLAN / SICOF

(1)Valores após contingenciamento de R\$ 158.252.

(2) Exclui dotação Orçamentária de R\$ 216.585 mil, destacada para abrigar saldo financeiro do FUNPREV

Nas Receitas de Capital, cuja realização total foi de R\$564.909 mil, equivalente a 65,2% do previsto destacam-se as operações de crédito, com realização de R\$443.354 mil, equivalente a 83% do esperado e as Transferências de Capital, cuja realização, a exemplo das transferências Correntes, comentadas acima, dependem de dotação e decisões unilaterais da União. A realização dessa transferência atingiu R\$118.787 mil, correspondendo a um percentual de 36,7% de realização.

**Despesa Total** - A despesa total realizada no exercício de 2001 correspondeu a 93,8% do previsto, considerando-se as dotações orçamentárias atualizadas. Percentual que pode ser considerado excelente, principalmente quando se observa as despesas realizadas com recursos próprios do Estado.

As despesas predominantemente custeadas com recursos próprios do Tesouro Estadual, quais sejam, os gastos com pessoal, manutenção e dívida pública, apresentaram uma realização em torno de 98%, muito próximo, portanto, do montante previsto. Já as despesas mais dependentes de recursos vinculados (operações de crédito e/ou convênios), normalmente direcionadas para investimentos, tiveram menor percentual de realização, qual seja, 80,8%.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA EXERCÍCIO DE 2001

Valores em R\$ 1.000

Despesa	Previsto (1)	Realizado	% realiz
-	-	-	-
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>3.262.807</b>	<b>3.227.087</b>	<b>98,9</b>
<b>Manutenção (Custeio)</b>	<b>1.056.026</b>	<b>1.010.193</b>	<b>95,7</b>
<b>Operações Especiais</b>	<b>2.275.168</b>	<b>2.267.167</b>	<b>99,6</b>
<b>Transferências a Municípios</b>	1.140.966	1.137.522	99,7
Dívida (principal + encargos)	884.452	881.253	99,6
Perdas com o Fundef	249.750	248.392	99,5
<b>Investimentos (Projetos e Finalística)</b>	<b>2.423.516</b>	<b>1.958.198</b>	<b>80,8</b>
<b>Fontes Próprias do Tesouro</b>	1.039.297	1.020.736	98,2
<b>Outras Fontes do Tesouro</b>	1.170.182	798.307	68,2
<b>Outras Fontes</b>	214.036	139.154	65,0
Reserva de Contingência	<b>1.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>9.019.017</b>	<b>8.462.645</b>	<b>93,8</b>

Fonte: Sistema de Contabilidade do Estado

(1) Dotação atualizada

O quadro acima demonstra que todos os itens de despesa, à exceção dos investimentos, tiveram índice de realização superior a 95%. Nos investimentos, aqueles dependentes de recursos próprios do Tesouro atingiram 98,2% de realização, apenas os amparados por “Outras Fontes” tiveram desempenho inferior aos demais itens, com realização de 65,0% do previsto, consequência principalmente da frustração parcial das receitas decorrentes de convênios firmados com a União, conforme descrito no tópico de Receitas.

A Lei de Responsabilidade fiscal dá importância especial e estabelece limites para os gastos com pessoal e para o grau de endividamento dos entes. Abaixo são apresentados dados que evidenciam que a situação do Estado da Bahia é de absoluto controle e enquadramento.

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – As despesas com Pessoal e Encargos Sociais atingiram, no ano de 2001, o montante de R\$3.227.088 mil, correspondendo a 98,9 do valor orçado para o mesmo período. O quadro abaixo demonstra a relação desses gastos relativamente à Receita Corrente Líquida e aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### Gastos com pessoal (%) em relação a Receita Corrente Líquida Exercício de 2001

Poder / órgão	Limite legal máximo	Limite prudencial	Limite para o ano de 2001	% apurado
Executivo	48,60	46,17	42,59	38,41
Minist. Público	2,00	1,90	1,26	1,10
Legislativo	3,40	3,23	1,85	1,75

Judiciário	6,00	5,70	3,99	3,59
<b>Total</b>	<b>60,00</b>	<b>57,00</b>	<b>49,69</b>	<b>44,85</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado.

**Dívida Pública** – A dívida consolidada do Estado da Bahia em 31.12.2001 registrou um montante de R\$ 10.010 milhões, sendo R\$8.516 milhões referentes à dívida interna, R\$ 1.423 milhões referentes à dívida externa e R\$71 milhões de contribuições sociais parceladas.

Comparativamente com os limites fixados pelo Senado Federal, em cumprimento às disposições do art. 30 da LRF, a posição é favorável ao Estado, conforme pode-se verificar no quadro abaixo, posicionado em 31.12.2001:

Item	Limites fixados	Situação atual	Margem
Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL	2,0 vezes	1,66	0,24
Op. de crédito realizadas no exercício / RCL	16,0%	7,76%	8,24%
Garantias concedidas / RCL	22,0%	7,16%	14,84%

Fonte: Balanço Geral do Estado

Os dados aqui apresentados revelam que as metas fiscais foram cumpridas, as Receitas Correntes e, principalmente, as Tributárias apresentaram um bom desempenho, permitindo a sustentação autônoma dos gastos do Estado e, no decorrer do exercício, não coube qualquer iniciativa para adoção de medidas corretivas por parte do Governo Estadual.

**ANEXO II - C 1**  
**METAS FISCAIS**  
**L.D.O de 2003**  
**Comparativo das Metas Fiscais dos Exercícios Anteriores**  
**(Art. 4º, § 2º, Inciso II, da L C nº 101 / 2000)**

R\$ milhares - a preços correntes

Discriminação	Realizado 2000	Realizado 2001	LOA 2002
-	Valor	Valor	Valor
-	-	-	-
I RECEITA FISCAL	6.799.036	7.752.312	7.854.535
-	-	-	-
II DESPESA FISCAL	6.798.392	7.581.392	7.611.034
-	-	-	-
III RESULTADO PRIMÁRIO	644	170.920	243.501
-	-	-	-
IV RESULTADO NOMINAL	-425.692	-278.078	-236.987
-	-	-	-
-	-	-	-

R\$ milhares - a preços médios 2003 (\*\*)

Discriminação	Realizado 2000	Realizado 2001	LOA 2002
-	Valor	Valor	Valor
-	-	-	-
I RECEITA FISCAL	8.500.834	8.782.595	8.260.615
-	-	-	-
II DESPESA FISCAL	8.500.030	8.588.959	8.004.525
-	-	-	-
III RESULTADO PRIMÁRIO	804	193.636	256.090
-	-	-	-
IV RESULTADO NOMINAL	-532.243	-315.035	-249.239
-	-	-	-
-	-	-	-

**ANEXO II – C 2**  
**METAS FISCAIS**  
**L.D.O. de 2003**  
**Demonstrativo das metas anuais**  
**(Art. 4º, § 2º, inciso II, da LC nº 101/2000)**

## 1 Parâmetros Macroeconômicos

Na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2003, observou-se os mesmos parâmetros econômicos nacionais de inflação, ajuste cambial e crescimento do PIB Brasil explicitados na LDO da União para 2003. No que diz respeito às expectativas econômicas regionais que afetam as principais receitas tributárias do Estado, como ICMS e o IPVA, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) aponta para uma estimativa de crescimento real do PIB/Ba de 4,0%, 3,5% e 3,6% para os anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente. Essas variáveis estão explicitadas na tabela a seguir:

<b>PARÂMETROS MACROECONÔMICOS, 2002 - 2005</b>				
(%)				
INDICADORES	LDO 2003			
	2002	2003	2004	2005
1. PIB REAL - BRASIL	2,50	4,00	4,00	4,50
2. PIB BAHIA*	-	4,00	3,50	3,6
3. IGP-DI MÉDIO ESPERADO	7,72	5,17	3,79	2,87

\* supondo um impacto de apenas 1,2121 para os investimentos em 2003, mantendo a projeções do PIB Bahia através de modelo econométrico, para os anos de 2004 e 2005

## 2 Metas Fiscais

Traçados os cenários macroeconômicos nacional e regional para o triênio 2003-2005, são estabelecidas as metas fiscais factíveis nesse ambiente econômico e que possam atender aos preceitos legais que orientam os gastos públicos do Governo do Estado da Bahia. Dessa forma, as metas são fixadas com base nos seguintes princípios e procedimentos:

### **2.1.1. Os Resultados**

No cumprimento ao Programa Nacional de Ajuste Fiscal do Setor Público, o Governo do Estado da Bahia tem estabelecido as suas metas em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e em consonância com as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda que monitora e orienta tal ajuste ao nível dos entes subnacionais, os Estados e os Municípios.

A geração de poupança pública, através da racionalização da máquina administrativa, continua como meta para o triênio 2003-2005, bem como a redução da relação Dívida/Receita. Cabe, por outro lado, ressaltar que estão contempladas nas metas fiscais aquelas operações de crédito já autorizadas pelo Poder Legislativo e outras com maior probabilidade de ocorrência e com identificação precisa de alocação nesses anos. Neste caso, para os dois últimos anos há possibilidade de agregação, a posteriori, de novas operações a serem utilizadas e/ou que apresentam um maior grau de certeza de sua efetivação, até os limites estabelecidos nos programas de ajuste.

A redução da Dívida, em termos absolutos ou relativos, é o reflexo da alocação das receitas fiscais para tais pagamentos, ou seja, resultados primários positivos. No triênio, 2003-2005, os dois últimos anos refletem expressivos resultados primários, porque, como explicado, só incluem no seu cálculo operações de crédito de maior probabilidade de sua efetividade, dado a distância temporal para a consecução de tais definições.

A Receita Fiscal apresenta, no período, taxas de crescimento nominal em torno de 1,2%, 7,3% e 6,6%, enquanto os gastos primários ou fiscais, que excluem as despesas financeiras relativas ao serviço da dívida, às transferências constitucionais e ao Fundef, permanecem nos anos de 2003-2004 no mesmo patamar de 2002, apresentando um crescimento de 4,8% em 2005. A inclusão de novas operações de crédito, ainda dentro da trajetória de Ajuste, fará ampliar, significativamente, tais resultados.

### **2.1.2. Metodologia de Cálculo**

No cálculo das disponibilidades fiscais e financeiras dos recursos, são observadas as seguintes técnica e metodologia:

#### **1) Ajustamento de dados passados**

O ponto de partida para as estimativas da maioria das receitas está em uma série histórica 1999-2002 que, como de praxe, necessitou de aplicação dos seguintes procedimentos de tratamento de dados:

- I - conversão dos dados a um só preço, esperado para 2003;
- II - exclusão das atipicidades, que refletissem mudanças transitórias;
- III - manutenção das grandes variações permanentes que indicassem mudança de tendência para maior ou para menor;
- IV - com base nos dados "alisados" e com a inclusão de variáveis "dummies" as séries foram ajustadas, usando-se diferentes modelos matemáticos para escolher aquele de maior aderência (maior coeficiente de correlação);
- V - inclusão dos dados do Orçamento de 2002, verificando-se se os mesmos estavam dentro da tendência 1999-2001, retirando-se os casos de novas atipicidades;
- VI - exclusão de toda e qualquer superestimação sistemática.

## 2) A inclusão de variáveis afetando o comportamento futuro

- I - projeção para 2003-2005 com base na tendência estimada;
- II - inclusão de atipicidades sobre a tendência para os casos específicos;
- III - reinclusão do efeito preço, projetado pelas taxas de inflação esperadas para o período;
- IV - inclusão alternativa das taxas esperadas de depreciação cambial.

Na maioria das vezes, os dados realizados no período Jan-Abril/2002 são utilizados como base para a estimação desse mesmo ano. No que tange às receitas específicas decorrentes de transferências voluntárias ou não da União, foram obtidas através de informações dos órgãos federais, LDO 2003 da União e dos órgãos estaduais conveniados, aplicando-se o teste de consistência quanto ao histórico e à inclusão das variáveis de expectativas inflacionária e cambial.

Com respeito ao ICMS, principal item da Receita Tributária, foram incluídas as variáveis PIB-Ba, produtividade fiscal e inflação. Admitiu-se a elasticidade renda do imposto como unitária. No valor tomado como base desse tributo, considera-se a renúncia fiscal, obtendo-se, assim, um valor de ICMS cujos efeitos que incidem sobre o mesmo estão relacionados ao esforço de arrecadação do Estado e à dinâmica da economia.

**ANEXO II - D**  
**METAS FISCAIS**  
**L.D.O. de 2003**  
**Evolução do Patrimônio Líquido**  
**(Art. 4º, § 2º, Inciso III, da LC nº 101/2000)**

### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo Patrimonial	Preços correntes em R\$ mil		
	1999	2000	2001
	(1.051.859)	164.644	(333.484)

### DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE CAPITAL / ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

DESCRIÇÃO	-		-
	1999	2000	2001
I. Receitas de Capital	322.007.771	7.077.565	2.767.627
Alienação de Ativos	322.007.771	7.077.565	2.767.627
-	-	-	-
II. Despesas de Capital ( Fontes 00, 27, 28, 40 e 41 )	849.038.323	881.381.079	446.914
<b>Saldo financiado com recursos próprios ( II-I )</b>	<b>(527.030.552)</b>	<b>(874.303.514)</b>	<b>2.320.713</b>

Fonte : SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP

NOTA 1: O saldo patrimonial do exercício de 1999 está sub-avaliado devido a não incorporação do resultado patrimonial do FUNPREV naquele exercício no valor de R\$ 501 milhões e do patrimônio da extinta DESENVALE, cujo ativo permanente líquido totalizava R\$ 1.097 milhões;

Esses registros foram efetuados no exercício de 2000.

NOTA 2: Antes da vigência da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, não era mantido controle específico por fonte de receita para as aplicações com recursos derivados de alienações de bens. Na impossibilidade de apresentar demonstrativo na forma prevista no



art. 4º, § 2º, III, pretende-se evidenciar que os recursos provenientes de alienações de ativos foram adequadamente aplicados em despesas de capital.

NOTA 3: Foram consideradas as fontes 26 e 56 para o exercício de 2001

**ANEXO II - E**  
**METAS FISCAIS**  
**L.D.O. DE 2003**

**Avaliação da situação financeira e atuarial do Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos Estaduais**  
**(Art. 4º, Inciso IV, da LC n.º 101/2000)**

O pagamento das pensões e aposentadorias dos servidores públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas, é feito com recursos do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, criado pela Lei nº.7.249 de 07/1998, alterada pelas Lei nº. 7.593/2000 e Lei nº 7.943/2001, com participação contributiva de todos os envolvidos e interessados: o Estado, como patrocinador, e os funcionários ativos e inativos e os pensionista, como participantes. A contribuição mensal, para o exercício de 2.003, corresponderá a um percentual de 11 %, calculado sobre o valor bruto da remuneração integral do mês para o segurado ativo, sobre o valor dos proventos da aposentadoria, da reserva remunerada ou da reforma para o servidor inativo e sobre o valor da pensão para os pensionistas. A contribuição patronal corresponderá ao percentual de 15%.

Durante o ano de 2001, o FUNPREV, com a participação da Diretoria de Previdência da Secretaria da Administração DPR/SAEB e da Procuradoria Geral do Estado – PGE, analisou a Lei 7.249/98, sugerindo alterações para adequá-la às exigências legais constantes na E C nº 20 e Lei nº 9.717/98. Entre as sugestões apontadas, constava a revogação do art. 53, que foi implementada pela Lei nº 7.943 de 05 de novembro de 2001. Essa revogação visava permitir ao FUNPREV receber do MPAS o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que foi conseguido em 07 de novembro de 2001. No entanto, a principal alteração decorrente da Lei nº 7.943 foi o aumento da tabela progressiva de contribuição do Estado para o custeio do FUNPREV, cuja alíquota passou a ser nos exercícios de 2002 a 2005 de 15%.

A entrada de recursos para o FUNPREV, em decorrência da compensação financeira entre o RGPS e o Regime Próprio dos Servidores do Estado da Bahia, durante o ano de 2001 foi de R\$ 6.991.108 e está discriminada no quadro a seguir:

<b>JAN</b>	643.591	<b>MAI</b>	916.818	<b>SET</b>	529.160
<b>FEV</b>	429.810	<b>JUN</b>	811.644	<b>OUT</b>	120.408
<b>MAR</b>	153.704	<b>JUL</b>	1.049.674	<b>NOV</b>	289.346
<b>ABR</b>	186.010	<b>AGO</b>	1.050.092	<b>DEZ</b>	810.851

Os valores acima referem-se aos processos habilitados e o fluxo mensal acumulado do mês anterior, pois o retorno financeiro referente ao mês ocorre até o décimo dia útil do mês subsequente. Contamos manter o mesmo fluxo de recursos no próximo exercício.

<b>Situação financeira atual:</b>	
1. Patrimônio Existente em 30/04/2002	R\$ mil
Saldo financeiro	11.183
Títulos públicos federais	515.012
Títulos públicos federais	52.855

Carteira imobiliária	13.855
<b>Total dos recursos</b>	<b>592.905</b>

**ANEXO II - F 1**  
**METAS FISCAIS**  
**L.D.O. DE 2003**  
**Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**  
**(Art. 4º, § 2º, Inciso V, da LC n.º 101/2000)**

**QUADRO DE RENÚNCIA DE RECEITA - LDO 2002**

Preços correntes em R\$ mil

SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS	ANOS			REGIÕES
	2003	2004	2005	
-	-	-	-	-
1 - Bahiaplast	10.100	10.403	10.715	Região Metropolitana
2 - Calçado e Cerâmica	9.500	9.785	10.079	Todo o estado
3 - Informática	19.500	20.085	10.079	Todo o estado
4 - FazBahia (Fazcultura e Fazatleta)	14.500	14.935	15.383	Todo o estado
5 - Proalba	10.963	79.257	15.383	Oeste
6 - Outros (incentivos segmentos diversos)	76.949	79.257	81.635	Todo o estado
-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>141.512</b>	<b>145.757</b>	<b>150.130</b>	-

Fonte SEFAZ

Em R\$ mi

Discriminação do item 6 - Outros	
Redução de base de calculo de açúcar	6.695
Redução de base de cálculo de óleo de soja	2.188
Redução de base de cálculo de leite	7.378
Redução de base de calculo de sabonetes e detergentes	6.871
Redução de base de calculo de papel hig. e toalhas de papel	1.918
Redução da base de cálculo de café torrado	1.967
Crédito Presumido fab. de sucos de frutas	5.645
Credito presumido fab. Óleo de soja	3.315
Credito presumido usinas de açúcar	1.378
Crédito presumido fab. de azulejos e pastilhas, fiação de tecidos.	6.574
Redução de base de calculo de pescados	6.180
Empresas de informática	3.300
Redução de base de cálculo para atacadista	7.165
Táxi	3.550
Diversos	12.825
<b>Total</b>	<b>76.949</b>